

Nº 1/84

8/9

P. 1



Para: Pinto
71 7485

1. Genêve - Subcomissão das Minorias

A Subcomissão de Luta contra as Medidas Discriminatórias e a Protecção das Minorias é composta por 26 peritos em direitos do homem, eleitos anualmente na Comissão dos Direitos do Homem (Fev.). Como observadores são admitidas as ONGs acreditadas junto das Nações Unidas (cerca de 50) e os representantes dos governos cujos países são membros da ONU (estes apenas podem intervir exercendo o direito de resposta).

A composição da Sucomissão, este ano, era aparentemente das mais desfavoráveis.

A CDPM foi convidada a enviar um representante (LTP) integrado na delegação da Pax Romana. A estadia de LTP durou 10 dias, durante os quais foram feitos contactos, distribuída documentação e apresentado um projecto de resolução. Nos primeiros contactos o ambiente detectado era eminentemente derrotista e desmobilizador. Apesar das afirmações de vontade política por parte dos defensores tradicionais da causa de T.-L., mesmo estes estavam pouco dispostos a tomar iniciativas, convictos de que qualquer acção seria recuperada em favor da Indonésia, dado o excelente lobby da "equipa" indonésia. O mesmo acontecia com o representante da Fretilin, camarada Luís Guterres.

O diplomata português de serviço, conselheiro António Santana Carlos (o embaixador viera de férias para Lisboa), defendia idêntica posição. Questionado sobre iniciativas diplomáticas, afirmava que os contactos possíveis tinham sido feitos, mas sempre com a necessária discrição (não revelava que contactos fizera ou com quem...). Nunca houve, da parte portuguesa, qualquer referência ao comunicado PR/Cov.

Sendo a Subcomissão constituída por peritos em direitos do homem (independentes, em princípio, dos governos dos países que representam), a delegada da CDPM centrou o trabalho e contactos na distribuição de documentação e informação sobre a situação em T.-L., bem como na divulgação do comunicado PR/Cov., evitando falar da atitude de desinteresse e incompetência/inoperância diplomáticas da potência administrante (o que poderia desmobilizar a iniciativa/apoio dos peritos).

Assim, o balanço final da intervenção em Genêve é bastante positivo:

- Elaboração de uma proposta de resolução (que à data da saída de LTP de Ge

.../...

Nº 1/84

8/9

P. 2



nêve tinha 12 assinaturas - posteriormente reduzidas a 8 votos favoráveis contra 11 abstenções e 1 voto contra, o que se supõe dever-se a erro diplomático de alguma das partes mais activas no processo). (V. resolução aprovada em anexo.)

- Contactos; incremento da tendência para a colaboração e articulação permanentes com organizações e personalidades. Projecto de intervenção conjunta de algumas ONGs na sessão da Comissão de Direitos do Homem em Fev./85.
- Em geral: demonstração da importância de uma acção directa do movimento de solidariedade português, que demonstrou melhor vontade, capacidade e métodos para obter resultados favoráveis. Como aspecto negativo, viram-se confirmadas a incapacidade e falta de vontade política da diplomacia portuguesa.
- Resolução aprovada: para além da quebra de apoios referida, e sendo bastante recuada, (obteve-se o mínimo aceitável, que era também o máximo possível) serve para manter em aberto o debate na Sucomissão e agitar a opinião pública - para além de outros aspectos com importância diplomática, nomeadamente o reforço do debate na próxima sessão da Comissão dos Direitos do Homem.

Nº 1/84

8/9

P. 3



2. Visita de Ramos Horta a Portugal

a) Contactos - R.H. reuniu com: Antônio Franco (que acompanha a questão de T.-L. na PR) (jantar informal); Álvaro Cunhal; Miguel Anacoreta Correia (membro da Comissão Eventual da AR) (reunião com mais 2 CDS, na AR); diversos encontros com jornalistas, 1 com a comunicação social, com ampla participação e divulgação; CDPM-Lx, em 3/9/84; M. L. Pintasilgo, em 5 e 6/9. Jaime Gama escusou-se a recebê-lo; R.H. recusou, por sua vez, ter qualquer contacto com outro membro do MNE (funcionário) que não fosse o próprio ministro. A Com. Ev. da AR, fechada para férias, não pôde recebê-lo. Balanço dos contactos efectivados: boa recepção e afirmação da vontade de diálogo com a Fretilin/R.H. (V. mais adiante quanto a contactos futuros.)

b) ONU -

Diplomacia portuguesa - R.H. queixou-se da incapacidade diplomática portuguesa (tanto técnica como política). Mesmo onde era fácil obter votos favoráveis, a inépcia de certos diplomatas port. provoca votações desfavoráveis. (Nalguns casos uma actuação acertada dos países amigos e da Fretilin conseguiria recuperar esses votos.)

Outro aspecto fundamental na ONU, o trabalho "de sapa" (lobby), está muito prejudicado não só pela atitude portuguesa mas também pela juventude, inexperiência e "moleza terceiro-mundista" dos quadros dos 5 africanos. Também estes fazem pouco e mal; geralmente limitam-se a assinar (fora de prazo) os documentos elaborados pela Fretilin e mesmo assim cometem erros de protocolo, de conquista de apoios, técnicos, etc.

AG/84 - A discussão na AG da ONU está irremediavelmente adiada - apesar de ser certo que outra solução poderia ter sido preparada. Contudo, não podendo contrariar a decisão portuguesa, a Fretilin afirma publicamente o seu apoio ao adiamento, recusando responsabilidades no processo - o que significa a recusa de precipitar os acontecimentos em oposição frontal à potência administrante com consequente abertura de terreno de manobra à Indonésia. Subsiste o problema de saber que país (deveria ser um neutro, em princípio) proporá o adiamento também neste aspecto Portugal comete erro após erro e os 5 africanos se mostram incapazes de manobrar.

O Comité Geral (onde se decide a OT da AG) reúne em 19/9 e debaterá a proposta de adiamento. (O Comité Geral é composto pelo presidente da AG e vice

Nº 1/84

8/9

P. 4



presidentes (18), pelos membros do Conselho de Segurança e presidentes das Comissões.)

Perez de Cuellar (secr.-geral) - R.H. afirma que ele é honesto na sua intenção de fazer um trabalho "limpo" antes de deixar o cargo. Tenta por isso não ser usado como bode expiatório para Portugal lavar as mãos do caso. Deverá fazer o relatório final sobre T.-L. em 1985. Não acredita que retirar a questão de T.-L. da ONU ou resolvê-la por simples negociação entre Portugal e Indonésia constitua solução - pensa que a solução viável deverá ser encontrada no terreno, isto é, contando com o povo timorense e a Fretilin. Tem-se esquivado, portanto, às insistentes tentativas do Gov. port. para lhe ser endossado todo o ônus da resolução do problema de T.-L., no quadro do seu mandato. (Tudo isto é a opinião de R.H.)

Comité de Descolonização - O doc. de trabalho apresentado sob a responsabilidade do subsecretário Ahmed foi debatido e analisado por R.H. Trata-se de um doc. tendencioso e reproduz a propaganda indonésia.

Note-se que o sr. Ahmed é muçulmano e paquistanês (país pró-indonésio). Portugal deveria, em tempo útil, ter-se oposto à sua nomeação para a questão de T.-L. - mas não o fez.

R.H. e o representante da Liga Internacional dos Direitos do Homem, bem como Moçambique e São Tomé e Príncipe, analisaram e desmontaram o documento no Comité. Entretanto, porém, o representante português já tinha o discurso preparado no sentido de gabar o doc., vendo-se obrigado a emendar posteriormente a sua intervenção escrita, pelo menos para disfarçar o facto de nem sequer ter estudado atentamente o doc.

Iniciativas futuras da Fretilin/R.H. - Poderá voltar a Portugal em Nov. para contactos vários. Está previsto que a Fretilin e os 5 africanos patrocinarão uma conferência internacional sobre T.-L., de grande mobilização e impacte. Esperamos um projecto de linhas centrais e objectivos. O Financiamento proviria dos 5 africanos.

Decisões a tomar: Local de realização: poderá ser em Nova Iorque ou em Lisboa (neste caso a CDPM deveria garantir os processos de organização e preparação, pois é irrealista contar com um esforço eficaz dos 5, neste aspecto).

Austrália, refugiados, UDT - Os contactos de R.H. deixaram boa imagem na Austrália. Obtido acordo com a UDT: cooperação e unificação da organização

Nº 1/84

8/9

P.5



dos refugiados. Quando o processo estiver em marcha, a UDT australiana deve rã "pôr na ordem" os representantes da UDT em Portugal, cujo comportamento diverge bastante do da Austrália. A UDT na Austrália manifestou vontade de cooperação com a Fretilin em diversas frentes de trabalho. Em Abril realiza rão uma conferência.

Posição do bloco de Leste - R.H. forneceu as seguintes notas para estudo do posicionamento de alguns países:

- 1) A URSS enfrenta um problema de bloqueio conjunto (Japão, China, etc.);
- 2) O conflito Vietname/Camboja/China aumenta as tensões sobre a URSS e força-a a procurar aliados circunstanciais no bloco adverso;
- 3) A Indonésia tem uma dívida elevada ao bloco de Leste; soube usá-la como elemento de chantagem e pressão na altura própria, provocando a inversão das votações de Leste a partir de 1978;
- 4) A Roménia, para além de ser tradicionalmente o país mais de direita no bloco de Leste, tem especiais ligações económicas à Indonésia, o que permite compreender que representantes seus cheguem mesmo a votar a favor da Indonésia, em vez da abstenção típica (a Polónia poderá vir a ser um caso semelhante, conquanto não tão típico).

Assim, bloco de Leste e Indonésia aliam-se de momento para a questão de T.-L: A única hipótese (muito improvável) de inversão da situação dependeria de um alívio na tensão Vietname/China...

Quanto à posição da Jugoslávia, país muito importante para o trabalho diplomático no Movimento dos Não Alinhados, ela encontra-se "cativa" das relações com a Indonésia, que datam e dependem já do processo de lançamento do Movimento Não Alinhado.

Nº 1/84

8/9

P. 6



3. Contacto Luisa T.P./ Ma. de L. Pintassilgo

(o conteúdo desta conversa torna desnecessária a referência pormenorizada a factos, notícias e conversas várias anteriores.)

Pintassilgo situou-se durante a conversa como "porta-voz da Presidência.

Sobre a auto-determinação - Conteúdo que a P.R. dá à auto-determinação" neste caso: uma consulta referendária supervisionada pelas N.U. Admite-se que seja realizada pela Indonésia. Depois levantou uma série de questões que, na sua visão, dão carácter muito particular a uma consulta ao povo maubere: inexistência de censo actualizado, características do povo maubere... Não adiantou muito mais de concreto quanto a esta questão, embora afirme que o seu conselho principal dado ao P.R. para o encontro com Ahmed seria o de deixar bem claro entre ambos a concepção de "autodeterminação". Por outro lado, afirmou que P.R. e Governo não debateram ainda esta questão.

Sobre autonomia integrada na Indonésia - Continua a afirmar (como já fizera em Julho) que é a última hipótese a considerar, "até onde se pode ceder" mas... "em política devem prever-se todas as hipóteses", etc. Reafirmou o conjunto de condições mínimas exigíveis nesta hipótese (conhecidas publicamente desde Julho). Mantém a garantia de que a Presidência considera como hipótese ótima e desejável a da autodeterminação (com o mas atrás referido).

FRETILIN - Todas as hipóteses e caminhos a seguir devem ter em conta a existência da Fretilin. (Daí o seu empenho em manter diálo-o, nos últimos meses, com a Fretilin?) Tenta

Nº 1/84
8/9
P. 7



portanto, evitar o confronto antagónico com a Fretilin, qualquer que seja a hipótese de trabalho que defenda. Fez questão em deixar claro que, quanto ao comunicado P.R./Governo, estava no espírito dos redactores a inclusão da Fretilin no processo como parte envolvida. O P.R. pensa que é obrigatório dialogar com a Fretilin mas não quer tomar a iniciativa nem perante o S.G. da O.N.U. (questão que, de resto, não nos parece relevante por ter Ramos Horta contactos permanentes na O.N.U.) nem perante o Governo (trata-se do velho contencioso P.R./Governo em matéria de iniciativa na política externa). Estranham portanto que Jaime Gama não tenha recebido Ramos Horta. O P.R. afirma que deseja manter as melhores relações com a Fretilin e que o ideal seria conseguir coordenar entre ambas acções que pressionassem no combate diplomático internacional e mesmo influísse a atitude do Governo português. O P.R. admitiria receber Ramos Horta depois da Assembleia Geral da O.N.U.

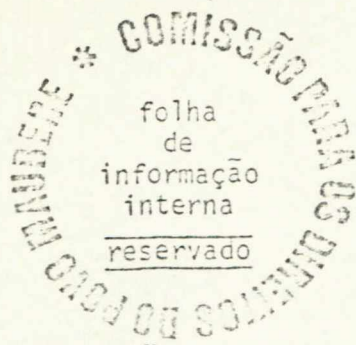
Nova Iorque, diplomacia, negociações e conversações -

Não há negociações. Há conversações, a nível de embaixadores de ambos os países em N.Iorque. O P.R. entende que a Portugal compete realizar conversações; quanto a negociações, elas apenas competem à Indonésia e à Fretilin enquanto forças em confronto no terreno. Numa das últimas reuniões (3 Agosto) o embaixador Alatas afirmou que o seu governo estaria disposto a aceitar o mandato do S.Geral - o que representa um certo avanço em relação à tese de que Timor-Leste é negócio interno da Indonésia no qual O.N.U. e país não devem meter-se - ou seja, a Indonésia está disposta a colaborar nas diligências inerentes ao mandato do S.Geral da O.N.U. Quanto ao boicote dos diplomatas e governantes portugueses ao comunicado PR/Gov., nunca referido nem utilizado ~~tácita~~ ou expressamente, começou por justificar a

Nº 1/84

8/9

P. última



situação chamando burros aos diplomatas portugueses... embora reconheça adiante que esta justificação não chega para convencer.

Igreja - Satisfeita com o papel da Igreja de Timor-Leste . A Igreja é uma das partes do processo com peso real e a ter em conta. Quanto aos bispos portugueses, a sua posição foi instruída pelo Vaticano.

Austrália - Impressionada com a campanha lá efectuada e acontecimentos verificados (R.Horta, Congresso do P. Trabalhista, movimento de solidariedade, etc). Dá grande importância à colaboração Portugal/Austrália.